



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	12658/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 25073/2023, Pregão Presencial n.º 07/2024-SRP.**

**OBJETO:**

À Secretaria de Educação,

A empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	12658/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	
Rubrica	

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

## **II – DAS RAZÕES**

Trata-se de peça impugnatória apresentada pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, CNPJ n.º 06.213.683/0001-41, na qual questiona a previsão editalícia no que tange as especificações dos itens licitados, argumentando que tais previsões estariam incorrendo em irregular direcionamento para uma determinada empresa.

Argumenta também que, a previsão referente ao prazo de entrega dos equipamentos, deveria ser coerente com os prazos praticados no mercado, pois da forma . E, ainda, contesta a exigência de amostra para os itens classificados.

## **III – DO MÉRITO**

De início, é importante esclarecer que nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no **EDITAL**. Tendo por objetivo o atendimento ao interesse público, a busca da melhor proposta ofertada e, ainda, da ampliação da competitividade entre os participantes do procedimento licitatório.

Nesse aspecto, cumpre destacar que as condições para execução do objeto estabelecidas nos processos licitatórios elaborados por esta municipalidade são formuladas mediante pesquisas e análises para atender as diversas demandas do ente. Outro aspecto a se considerar, consiste na presunção de legalidade dos atos praticados pela Administração Pública e, também, na possibilidade de prática de atos discricionários os quais são pautados na oportunidade e conveniência para fins de atendimento ao interesse público.

Sobre o assunto, também vale transcrever a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, na qual o autor ressalva a autonomia da Administração para definir as condições da contratação administrativa, nos seguintes termos:

“Por isso, a lei ressalva autonomia para a Administração definir as condições da contratação administrativa. (...) Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação.” (Marçal Justen Filho. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 70)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	12658/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	
Rubrica	

Vencidas as considerações iniciais, segue a análise das alegações e esclarecimentos trazidas pela impugnação apresentada pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.**

Nas razões da peça impugnatória apresentada, o impugnante questiona o eventual direcionamento dos itens licitados para a empresa POSITIVO TECNOLOGIA S.A, argumentando que as especificações dispostas no edital somente poderiam ser atendidas pela referida empresa. Para justificar tais argumentos, a impugnante evidencia que a descrição de produto, indicada no item 9 – Mesa Educacional Alfabeto, localizada no item 5 – Dos Detalhes Técnicos, do Termo de Referência, do edital supracitado, remete especificamente a um produto patenteado pela empresa POSITIVO.

Além disso, argumentou também a impugnante, que toda a especificação detalhada do produto contida no edital do certame, foram extraídas integralmente do catálogo elaborado pela empresa POSITIVO sobre o produto Mesa Educacional Alfabeto.

Outro aspecto apontado pela empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, consiste na alegação de que o material exigido na descrição do item, referente a Mesa Educacional Alfabeto, não se justifica, ao passo que existe no mercado fabricantes de produtos similares, contendo as mesmas funcionalidades pretendidas pela administração, mas que foram impedidos de participar devido a exigência desnecessária, prevista no instrumento convocatório, o qual indica que o produto a ser licitado deverá ser composto por plástico e metal em seu corpo, exigência essa que somente poderia ser atendida pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Sobre a matéria, é importante trazer ao debate as lições do Ilustre Professor Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a saber:

“A vedação do §5º, do art. 7º, conjuga-se com o art. 25, inciso I, cujo conteúdo se remete. É possível a contratação de fornecedores exclusivos ou a preferência por certas marcas, desde que essa seja a solução mais adequada para satisfazer as necessidades coletivas. Não se admite a opção arbitrária, destinada a beneficiar determinado fornecedor ou fabricante. A proibição não atinge, objetivamente, a mera utilização da marca como instrumento de identificação de um bem – selecionado pela Administração em virtude de suas características intrínsecas. O que se proíbe é a escolha do bem fundada exclusivamente em uma preferência arbitrária pela marca, processo psicológico usual entre os particulares e irrelevante nos lindes do direito privado.”



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

No mesmo sentido, vale destacar as manifestações do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, conforme se passa a expor:

“A indicação de marca no edital deve estar amparada em razão de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público.” (Acórdão 113/16 – Plenário – TCU)

“9.4 dar ciência ao Município de Seringueiras/RO de que a especificação de produto/bem, identificada no Anexo I do edital de Pregão Eletrônico 02/CPL/2013, cuja descrição e características correspondem a modelo exclusivo de determinado fabricante, sem que haja justificativas técnicas para tal exigência, afronta o disposto nos arts. 3º, caput, e § 1º, e 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 9º da Lei 10.520/2002, de forma que deve ser evitada em futuras licitações.

(...)

9.5.1. este Tribunal determinou a anulação do Pregão Eletrônico 02/CPL/2013, em curso na Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO, cujo objeto consiste na aquisição de cultivador motorizado acoplado a enxada rotativa, com recursos do Convênio Siconv nº 761441/2011, uma vez que o edital do referido pregão previu, sem justificativas técnicas adequadas, especificação de cultivador motorizado acoplado a enxada rotativa “TA49”, cuja descrição e características (TA49) corresponde aos modelos exclusivos do fabricante Agritech Lavrale S.A., implicando o direcionamento do certame e a restrição indevida do universo de licitantes;” Acórdão 2387/2013– Plenário (TC 009.818/2013-8) - TCU

Conforme se observa acima, embora o ato de indicação de marca não se tratar de uma proibição absoluta, nos dizeres do ilustre doutrinador supracitado e nas decisões colegiadas do douto Tribunal de Contas da União, resta evidente o entendimento no sentido de que tal ato deve estar acompanhado de robusta fundamentação e estudos pertinentes que o justifique, por se tratar de procedimento excepcional ao indicado peça legislação e boa prática que disciplinam o tema.

Desse modo, tendo em vista que os apontamentos trazidos pela empresa impugnante tratem de tema sensível, a fim de resguardar a lisura do procedimento licitatório em tela, esta Comissão opina pela remessa dos autos à Secretaria Requisitante para que os argumentos sejam analisados de forma detalhada, tendo em vista a verificação de eventual pertinência das razões apresentadas na peça impugnatória.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Ademais, esta Comissão não se manifestará quanto aos demais apontamentos, por se tratar de matéria técnica, a qual necessita de profissional específico para apreciá-los.

Diante do exposto, cabe ressaltar que esta Comissão não possui a expertise técnica necessária para deliberar em caráter definitivo a respeito das razões apresentadas na peça impugnatória, devendo a Secretaria Requisitante deliberar a respeito das razões apresentadas.

**IV – DA CONCLUSÃO**

Diante dos fatos apontados, solicita-se a esta secretaria análise das razões aqui apontadas e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Maricá, 24 de maio de 2024

---

NATHÁLIA BORGES

OAB/RJ 241.620

De acordo

---

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS